

## CONTROLE EXTERNO DA MAGISTRATURA

*Fernando da Costa Tourinho Neto (\*)*

*1. O poder do juiz. 2. O mau juiz. 3. O controle interno. 4. O controle externo. 4.1 Os Conselhos da Magistratura. 4.2 Atribuições. 4.3 Composição. 4.4 Impedimento. 5. Preservação do princípio da independência do Judiciário.*

### 1. O poder do juiz

Lembremos o que afirmou, com perspicácia, Thouret:

«Não existe poder que aja mais direta e habitualmente sobre os cidadãos do que o Poder Judiciário.»

O poder do juiz é imenso. A ele cabe ajustar a lei à realidade social, a ela não se subordinando nem a ela se aprisionando. Ao juiz compete realizar a justiça justa, vencendo a insensibilidade e a frieza da lei. Daí ter dito Calamandrei:

«O juiz é o direito tornado homem.»

Sim. O juiz deve sentir o que o povo sente, perceber a sua angústia, as suas dores, não se ausentar do mundo para não ser mero aplicador da lei.

Capitando todos esses *sentimentos*, *sentindo* a justiça, o juiz profere a *sentença*.

Por tudo isso, é o juiz um cidadão especial. Um homem que decide. Decide sobre liberdade, cidadania, honra, família, patrimônio, moradia, trabalho, angústia dos sem-terras. Enfim, é o homem que deve solucionar todos os conflitos que envolvem o ser humano. Sua decisão (o comando da sentença) torna-se norma de habilitação, integrando, assim, o ordenamento jurídico. O Juiz é, por conseguinte, um homem poderoso.

(\*) Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Seu poder, todavia, não pode descambar para o arbítrio. Não deve, como lembra Juarez Freitas, «fascinar-se com a idéia hobbesiana de poder, que redundou no autoritário *pactum subjectionis*, presidido pela idéia de que onde não há poder comum não há injustiça (pois há sim), nem deve o julgador fascinar-se pela idéia epicurista de liberdade como mera ausência de obstáculos exteriores aos nossos desejos».

## 2. O mau juiz

Detentor de todo esse poder, o juiz não vocacionado para essa missão, de natureza arrogante, prepotente, com complexo de autoridade, pende para o arbítrio. Julga-se, assim, intangível. Despacha e decide quando quer. Permite-se ser negligente, indolente. Tardinho, como dizia Rui. Atribui-se poderes ilimitados. Entende que o seu comportamento individual há de ser aceito por todos, sem contestação. E, assim, vemos os desregramentos de conduta. Tudo isso faz com que as suas decisões não mereçam credibilidade.

Arrogando-se o direito de sobrepor-se a qualquer controle, em razão do poder que detém, o mau juiz não se acha obrigado a ter conduta irrepreensível; a residir na comarca; a ser assíduo; pontual. Adia, por motivos pessoais, não relevantes, as audiências; decide quando tem vontade (preguiça moral e intelectual).

É verdade que é mínima a parcela de juizes que assim procedem. Mas esse percentual, ainda que pequeno, enodoa a Instituição. Compromete todo o Poder Judiciário. Conspira a todos.

Certo é que a morosidade da Justiça não se deve tão-somente à desidia do juiz. Não. Outros fatores existem, como: normas processuais e procedimentais caducas e excessivamente formalistas; desaparelhamento, até há pouco tempo, dos órgãos judiciários; número deficiente de juizes; aumento, em progressão, quase geométrica, dos litígios; custas caras.

Mas o mal maior é a indolência do juiz, a negligência contumaz, o arbítrio, a prepotência, o mau comportamento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções, a falta de serenidade, sem falar na corrupção. Tudo isso a gerar o descrédito do Poder Judiciário.

Os depositários do poder de julgar — de entregar a prestação jurisdicional — devem ser, pois, como dito por Thouret, «aqueles sobre cuja escolha a Nação tem o maior interesse em velar».

Lembra Calamandrei:

«Não é honesto, quando se fala dos problemas da Justiça, refugiar-se atrás da cômoda frase feita de quem diz que a magistratura é superior a toda a crítica e a toda suspeita; como se os magistrados fossem criaturas sobre-humanas, não tocados pela miséria desta Terra, e, por isso, intangíveis (...).»

### 3. O controle interno

Há de haver — sem nenhuma dúvida — um controle da atuação administrativa do juiz.

O controle que sempre conhecemos — e que existe atualmente — é um controle interno. É um controle *interna corporis*. Válido, sem dúvida, mas inoperante. Esse controle é exercido pelos próprios Tribunais, mediante suas Corregedorias. O próprio Poder Judiciário está, assim, incumbido de corrigir os desvios, os desmandos, de seus membros.

Mas o que vemos?

Um sistema que não funciona. O controle disciplinar pelos próprios juízes é apenas um 'faz de conta', que não tem a confiança da sociedade. O espírito de corpo grita mais alto. Temos, na verdade, um Conselho corporativista, apadrinhador.

A punição — rara — só sobrevém, se sobrevém, quando o juiz já praticou os deslizes, as infrações, *inúmeras* vezes. O mal já foi feito ao jurisdicionado, à sociedade. Vê-se até juiz indolente, de comportamento pernicioso, malévolo, funesto, ser promovido e alcançar, não raras vezes, o Tribunal.

Definitivamente, o controle interno não funciona.

### 4. O controle externo

A falência do controle interno é que legitima o externo.

O controle externo seria exercitado por um Conselho, composto de juízes e não-juízes, que, com autonomia, independência, coragem, detectaria as falhas, as incorreções, as infrações praticadas por magistrados, corrigindo-lhes os erros de comportamento, de conduta e de incapacidade.

A sociedade quer uma prestação jurisdicional eficiente, célere, enérgica, que, com justiça, solucione os conflitos sociais. Só o poder detém o poder. E o Poder Judiciário — cujos membros têm amplo poder — deve estar sob o poder controlador da sociedade para não degenerar em arbítrio, prevaricação, corrupção.

#### 4.1 Os Conselhos da Magistratura

Aos Conselhos da Magistratura caberia, principalmente, o controle externo da atividade administrativa dos juízes e do desempenho dos seus deveres funcionais.

Creio que não deveríamos ter, no âmbito federal, um único Conselho, e sim tantos Conselhos quantos são os órgãos do Poder Judiciário. Assim, teríamos um Conselho para cada Tribunal Regional Federal e as Seções Judiciárias

que lhe estão vinculadas, o mesmo ocorrendo com os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento, com os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juizes a eles subordinados, e com os Tribunais e Juizes Militares. Junto aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal funcionaria um só Conselho.

Na esfera estadual, cada Estado-membro teria o seu Conselho, assim como o Distrito Federal.

#### 4.2. Atribuições

O deputado José Dirceu preconiza como atribuição do conselho externo a fiscalização sobre: «1) despesas e suas prioridades; 2) a modernização da estrutura funcional; 3) a legalidade e a necessidade de nomeação de funcionários, nesta ou naquela área; 4) a distribuição de processos aos juizes; 5) a estrita observância à alternância de critérios nos concursos de acesso; 6) a transparência na promoção e remoção de juizes.»

Tenho que há aí um exagero. O controle das despesas e suas prioridades seria uma forma de dominar o Judiciário, além do que o controle financeiro e o orçamentário são feitos pelos Tribunais de Contas.

O Conselho deveria, a meu sentir:

- a) aferir os critérios de promoção por merecimento;
- b) apurar a antigüidade, na carreira, para efeito de promoção;
- c) apurar as faltas dos juizes;
- d) garantir a independência ao juiz;
- e) afastar a interferência do Executivo e do Legislativo; e
- f) defender o juiz dos ataques injustos da imprensa, dos outros Poderes e dos demais segmentos da sociedade.

#### 4.3. Composição

Propõe o deputado José Dirceu que o Conselho seja composto de advogados, membros do Ministério Público, representantes dos docentes das Faculdades de Direito, da Associação Brasileira de Imprensa, dos sindicatos e associações de juizes e advogados e dos sindicatos dos trabalhadores e profissionais.

Seria um *Conselhão*, fadado ao registro de discussões estereis e improficuas que não levariam a resultado algum.

Creio que o Conselho deveria ser integrado, tão-somente, de juizes, membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira — o Ministério Público é instituição tida pela Constituição Federal como essencial à função jurisdicional do Estado; e de advogados, também com mais de dez anos de

efetiva atividade profissional, uma vez que o advogado é elemento, diz a Constituição, indispensável à administração da Justiça.

Vemos, desse modo, que não teríamos um conselho externo. Não se deve esquecer o que afirmou Calamandrei: «juizes e advogados são, igualmente, órgãos da Justiça».

A escolha desses membros dar-se-ia pelos órgãos de representação das respectivas classes.

### 4.4. Impedimento

O advogado que participasse do Conselho ficaria impedido de patrocinar causas sujeitas a julgamento por parte dos juizes subordinados ao Conselho respectivo. Assim, um advogado participe do Conselho Estadual de São Paulo estaria impedido de militar na Justiça Estadual desse Estado.

Ficaria, também, o advogado impedido de participar de lista para compor o quinto do Tribunal, sujeito ao Conselho de que faça parte.

O mandato de cada conselheiro seria, no máximo, de dois anos, não permitida a recondução. Prazo maior seria contra producente. O relacionamento entre o conselheiro e juiz se estreitaria, o que levaria a uma acomodação, a um *amaciamento*.

### 5. Preservação do princípio da independência do Poder Judiciário

A fiscalização dos Conselhos limitar-se-ia, exclusivamente, às funções administrativas dos juizes.

A independência e a liberdade de decidir seriam, evidentemente, preservadas. Não se tem, frise-se, a pretensão de submeter o juiz ao império do Executivo ou do Legislativo.

O princípio da independência do juiz, em suas funções judicantes, não seria eliminado nem restringido, e sim, zelosamente, salvaguardado.

O Conselho integraria o Poder Judiciário, como um de seus órgãos. Deixaria, na realidade, de exercer um controle externo. Ademais, advogados e membros do Ministério Público não compõem o quinto dos Tribunais?

É preciso que a sociedade confie na Justiça. Nela acredite. E o controle externo é o primeiro passo a se dar para este fim.

O que se deseja é que o povo, dirigindo-se ao juiz, diga como Calamandrei:

«Em ti saúdo a paz do meu lar, a minha honra e a minha liberdade.»